

**7º Congresso de Pós-Graduação****A POLÍTICA DE FORMAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE
SOBRE OS ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DO PROCESSO****Autor(es)**

LUIZ ALBERTO ROCHA DE LIRA

Co-Autor(es)

BRUNO TELES NUNES

1. Introdução

Uma das principais ações, as quais trilharam as etapas de desenvolvimento de um país, consiste em investimento na formação de seu capital intelectual. Este é erigido mediante uma infra-estrutura educacional consolidada, a qual é lograda por constantes investimentos e por uma eficaz sistematização, cujo acompanhamento deve ser levado a efeito por políticas públicas.

A gestão pública de qualquer país está historicamente marcada por um contexto socioeconômico e político e, portanto, responde aos interesses das classes economicamente dominantes. É relevante, antes mesmo de avançar em proposições relativas à avaliação da qualidade de programas educacionais, refletir sobre o processo de gestão da política pública que instruiu os mecanismos de implantação dos projetos ou programas. Tais concepções sobre gestão pública se desenvolveram a partir da década de 1990 sob o enfoque administrativo da descentralização.

A forte influência das agências de fomento transferiu a responsabilidade das políticas sociais para as esferas descentralizadas, como parte da estratégia de ajuste fiscal.

Neste sentido, para analisarmos o conceito que estamos investigando sobre qualidade no processo de formação em educação à distância, é pertinente avaliar os movimentos sobre globalização e descentralização no sistema de gestão da educação.

2. Objetivos

O Objetivo deste artigo é o de apresentar preliminarmente alguns aspectos quantitativos e qualitativos da política indutora de Educação à distância que está sendo consolidada pelo Ministério da Educação evidenciando a participação das Instituições Públicas de Ensino Superior.

3. Desenvolvimento

Neste sentido, para analisarmos o conceito que estamos investigando sobre qualidade no processo de formação em educação à distância, é pertinente avaliar os movimentos sobre globalização e descentralização no sistema de gestão da educação.

Desse modo, o Estado, em virtude do seu afastamento da ação direta de execução, passa a assumir uma postura mais evidente na institucionalização de processos de avaliação e controle, conforme nos explica Krawczyk (2002):

Podemos dizer que, no lugar de um Estado social, propõe-se um Estado avaliador. E é nessa relação entre centralização e descentralização na gestão educacional que faz parecer a reforma liberalizadora e autoritária ao mesmo tempo. Essa reforma por que passa o Estado desde a década de 1990, na maioria dos países latino-americanos é marcada por três elementos fundamentais: a

responsabilização e atribuições do Estado, o mercado e a sociedade educacional sob o enfoque de uma descentralização de governo para município, para a escola, para o mercado e por fim a responsabilização social assumida por todos os agentes do processo. Os processos propugnados por Krawczyk - nos quais há uma incessante busca por uma descentralização sem amarras institucionais do Estado - refletem orientações da participação sempre presente dos organismos internacionais na formulação de nossas políticas sociais.

Organismos internacionais – dentre os quais se destacam Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm proposto em seus documentos oficiais melhorias na atividade administrativa de nossos serviços públicos. Tais melhorias deveriam refletir a redução de despesas e aumento da produtividade do Estado.

As primeiras experiências na modalidade de educação à distância foram desenvolvidas por correspondência, considerando-se que outras vieram a ser estruturadas por meio de programas de rádio ou televisão. A educação à distância tem raízes nas cartas de Platão aos seus discípulos e às epístolas de São Paulo, endereçadas às comunidades cristãs.

No Brasil, não existem dados registrados sobre a criação da educação à distância, o seu início está associado ao rádio e não se utilizavam material impresso. A maioria dos autores estudados indica a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923, criada por Roquete Pinto, como o marco inicial da educação à distância no Brasil. Posteriormente, foram criados o Instituto Rádio Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941.

Durante a década de 1970, surgiram programas de educação à distância pela televisão, esses eram programas que apresentavam um custo elevado e demandavam um contingente excessivo de pessoas para sua preparação e difusão. Mas foi a partir da década de 1990 que as experiências brasileiras em educação à distância se aprimoraram, sendo que dois fatores puderam viabilizar esse processo com maior contundência em sua aplicabilidade.

O primeiro veio a acontecer com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), que caracterizou a educação à distância como uma modalidade de formação integrada ao sistema do ensino, o que permitiu a sua visibilidade não mais como um processo experimental e sim como um compromisso do Estado.

Esse novo processo aproxima-se daquilo que Bourdieu (1989) descreveu em seus escritos sobre o conceito de campo:

Os sistemas simbólicos podem ser “produzidos” e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e circulação relativamente autônomo.

O conceito sobre o campo e suas lógicas independentes assemelha-se à organização pretendida por essa modalidade de formação à distância que busca por seu espaço de produção e intelectualização. Conduz-se, assim, ao fortalecimento de suas estruturas organizacionais em universidades, escolas, pólos educacionais, prefeituras dos estados e municípios, dentre outros segmentos que venham a se consubstanciar institucionalmente.

Em países como o Brasil, em virtude da significativa extensão territorial e da falta de equidade na distribuição de oportunidades educacionais, há freqüentes discussões acerca da compreensão da educação à distância como veículo de democratização e de oportunidades educacionais. Esse tema complexo e exponencial tornou-se, nos últimos anos, parte integrante da retórica educacional, sendo apontado como uma alternativa para a universalização da educação e como forma de suprir a emergente demanda de educação continuada.

Assim, a educação à distância tem permitido avanços. Representa uma realidade a ser considerada, não só pelo reconhecimento das limitações dos sistemas tradicionais de ensino em atender às crescentes demandas por educação impostas pela sociedade do conhecimento, mas também por romper fronteiras geográficas, implementar uma concepção de ensino-aprendizagem que privilegia a autonomia para aprender, e ainda, resgata no professor a figura de um mediador do conhecimento.

Podemos observar que a educação à distância tem se mostrado relevante para a capacitação e atualização dos profissionais da educação. Tradicionalmente, a formação docente tem sido realizada utilizando-se a modalidade presencial. Contudo, com a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) o ensino à distância vem sendo apontado como uma alternativa ao modelo presencial.

Segundo Elsa Oliveira (2003) a pertinência da educação à distância na formação continuada de professores apóia-se em duas razões principais: por um lado, visa a atenuar as dificuldades que os formandos enfrentam para participar de programas de formação, em decorrência da extensão territorial e da densidade populacional do país, e, por outro lado, atende ao direito de professores e alunos ao acesso e domínio dos recursos tecnológicos que marcam o mundo contemporâneo, oferecendo possibilidades e impondo novas exigências à formação do cidadão.

Nesse cenário de formação à distância, professores em exercício estão sendo levados a revisitem suas práticas, em prol de uma melhoria da qualidade da educação. E esta é, sem dúvida, uma importante linha de ação da política pública brasileira na atualidade.

Saviani (2000) afirma que o caminho do conhecimento: “É perguntar dentro da cotidianidade do aluno e na sua cultura; mais que ensinar e aprender um conhecimento, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por grupos e indivíduos que constroem o seu mundo e o fazem por si mesmos”. O entrelaçamento das idéias de Saviani vem ao encontro dos pressupostos teóricos de Vygotsky, uma vez que para ambos, o sentido de avaliar deve servir para cada vez mais permitir a cada um aprender.

4. Resultado e Discussão

A institucionalização da política indutora de educação à distância no âmbito do Ministério da Educação deu-se por meio de um primeiro Edital publicado no Diário Oficial da União em 16/12/2005, intitulado UAB (1), seguindo-se do Decreto Nº 5.800 de 08/06/2006 que regulamentou o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e ainda, de um segundo Edital - UAB (2) que foi publicado em 18/12/2006.

Dentre as prioridades do Sistema Universidade Aberta do Brasil destaca-se a concentração de esforços institucionais visando à formação de professores para o ensino básico, para tanto utiliza-se uma estratégia articulada com estados e municípios. Permitindo assim, o acesso de um contingente significativo de brasileiros ao ensino superior.

Dados do Sistema de Acompanhamento da Universidade Aberta do Brasil (SISUAB,2009) indicam que estão cadastradas 158 Instituições Públicas de Ensino Superior e, atreladas a elas, 556 pólos. Até então, foram ofertados 583 cursos, totalizando 114.353 vagas. Cabe frisar que destas, 67.855 foram ocupadas. Ou seja, a quantidade de matrículas representa 59,34% do total de vagas.

5. Considerações Finais

O ensino à distância, no Brasil, é uma modalidade de instrução relativamente nova, encetou uma utilização mais intensa nos meados do século passado, com o início da quebra do paradigma que somente poderia promover uma educação complementar, para níveis fundamentais, e com qualidade duvidosa. Se até então, no Brasil, a EAD era relegada a um segundo plano, como algo destinado à educação técnica, aceleração e aprendizagem de ofícios menores, hoje, instrumentalizada e renovada pelo vertiginoso desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, vem sendo encarada pelos governos e pelas instituições de ensino como modalidade indispensável para a expansão da oferta e democratização do ensino superior (Kubota, Tractenberg, Barbastefano, 2004).

A capacidade de promover a interiorização do ensino é um das facetas mais marcantes da EaD. Dois pontos devem ser observados no momento da avaliação prévia para credenciamento dos cursos, quais sejam: a existência na região de uma cultura tecnológica propícia a receber essa modalidade de ensino e o nível de interesse do poder público local ser um agente facilitador do processo.

Recentemente as ações iniciadas na Secretaria de Ensino à Distância do Ministério da Educação, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil, migraram para a recém atualizada estrutura organizacional da Capes.

Esta agência recebeu novas incumbências institucionais, dentre elas, a de atuar como entidade promotora de políticas públicas na área de EaD, tentando agregar ao contexto a experiência, de quase sessenta anos, na formação de recursos humanos de alto nível e na avaliação dos cursos de pós-graduação. Contudo, a CAPES ainda está dando continuidade às ações iniciadas no MEC.

Há um consenso entre os pesquisadores atuantes em EaD, de que não é possível avaliar os cursos somente pelo nível de satisfação dos usuários ou pela percepção da comunidade científica ou profissional. É preciso estender a análise para outros componentes do processo como professores, alunos, equipes de apoio, material didático, projeto pedagógico, ambiente virtual e a contribuição desses para a consecução dos objetivos (Carlini, Ramos 2009).

Como pode ser observado o foco da avaliação é o curso em si, a garantia que o mesmo vai ter qualidade. Cabe ressaltar que o conceito de qualidade já não é mais focado na satisfação do cliente, na qualidade do produto ou do processo produtivo. Há uma evolução, ainda que embrionária, do ideário de qualidade, com a incorporação de conceitos mais amplos como o de qualidade de vida e compromisso social (Kubota, Tractenberg, Barbastefano, 2004).

O sistema universitário brasileiro é composto de tipos distintos de instituições: públicas federais, estaduais e municipais, comunitárias, confessionais e particulares, cada uma delas compreendendo propósitos distintos.

Essa diversidade acaba por criar problemas e desafios próprios de cada setor e de cada tipo de instituição, o que contribui para modos diferentes na gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento dos programas e neste caso, os programas de educação à distância.

Em alguns países foram instituídas câmaras de gestão, composta por acadêmicos, administradores e planejadores universitários. O objetivo dessas câmaras é realizar um planejamento consensual das ações que visam à implantação de novas formas de avaliação e monitoramento, bem como de iniciativas de natureza administrativa que agilizam os processos de *accountability*.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. (ORGS). Pierre Bourdieu: escritos da educação. Petrópolis: Vozes, 1989, 145p.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

CARLINI, A. L.; RAMOS M.P. A avaliação do curso. In: Educação à distância: o

estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009. p.161-165.

KRAWCZYK, N. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: Associados, n. 9, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

KUBOTA, L. C.; TRACTENBERG, L.; BARBASTEFANO, R. G.. Avaliação da qualidade percebida em cursos à distância: o caso do FGV Online. In: 11º Congresso Internacional de Educação à distância, 2004, Salvador.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SEED). Referenciais de qualidade para educação superior à distância. Brasília 2007.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. Educação à distância na transição paradigmática. São Paulo: Papirus, 2003.

PRETI, Oreste. Educação à distância e globalização: desafios e tendências. In: _____. (org). Educação à distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE; Brasília: Plano, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Saber escolar, currículo e didática. 3. ed.Campinas: Autores Associados, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico, São Paulo, Cortez, 2004.